

Biopoder e necropolítica em Ignácio de Loyola Brandão

*Paulo Alberto da Silva Sales*¹
*Fernanda Nunes de Araújo*²

Resumo: Com base na perspectiva foucaultiana de biopoder, que se relaciona à noção de necropolítica ou política da morte, segundo Achille Mbembe, examina-se no presente artigo a presença desses dispositivos de manipulação e controle sobre os corpos na ficção de Ignácio Loyola Brandão, sobretudo em *Não verás país nenhum*.

Palavras-chave: Biopoder. Necropolítica. Ignácio de Loyola Brandão.

Introdução

Considerando a história recente do Brasil, que vivenciou uma das ditaduras mais violentas do século XX, entendemos que houve uma certa institucionalização do trauma em relação à violência sofrida pela sociedade durante a ditadura civil-militar. Esse regime arbitrário e opressivo deixou resquícios antidemocráticos, bem como práticas discursivas que incitam a intolerância e o ódio. Alguns romancistas brasileiros, sobretudo da segunda metade do século XX em diante, têm recorrido à memória de um passado recente que se entrecruza com a política presente. Vemos emergir, cada vez mais nos romances brasileiros contemporâneos, corpos que são reprimidos, negligenciados e que têm suas vozes caladas em nome da moralidade e da personificação de uma ideia deturpada de “ordem e de progresso”. A título de ilustração, tal pressuposto

1 Docente do Instituto Federal Goiano e do PPG em Língua, Literatura e Interculturalidade da UEG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9980-2561>. E-mail: paulo.alberto@ifgoiano.edu.br.

2 Mestra em Língua, Literatura e Interculturalidade pela UEG. E-mail: fnunesaraujo91@gmail.com.

pode ser comprovado no romance *A nova ordem* (2019), de B. Kucinski, que, logo no início, narra cenas de tortura e de extermínio de cientistas, médicos, sindicalistas, escritores, jornalistas, professores, artistas, entre outros intelectuais, que são identificados nessa obra como *catedráticos*, ou seja, sujeitos ofensivos à ordem vigente. Na trama, os militares que regem a “Nova Ordem” foram os responsáveis por reunir em um único lugar membros de uma classe pensante da sociedade e contrários aos interesses do Estado com o objetivo de exterminá-los, como observamos abaixo:

Noite avançada, o grande portão é outra vez aberto e surge um oficial com patente de coronel, acompanhado de dois soldados. Um deles traz um estrado e o deposita no centro da entrada. O coronel sobe no estrado de mão esquerda na cintura. A direita empunha uma pistola. Os cientistas agrupam-se à sua frente, curiosos. O coronel fala em tom de comando: Quando eu descer deste estrado, os senhores vão caminhar ordeiramente, até onde lhes será indicado pelos soldados. - O que vai acontecer conosco? Pergunta um catedrático ainda jovem, aproximando-se o coronel. - Quem é o senhor? Pergunta o coronel. - Sou o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. - As universidades federais não existem mais, retruca o coronel. E lhe desfere uma coronhada na testa. Faz-se um silêncio pesado. Logo, os catedráticos começam a se mover devagar, sem entender o porquê da coronhada no reitor que também caminha, sustentado por dois colegas, com sangue a escorrer pelos cabelos. Atingem a beira de um fosso longo e fundo. Numa das margens amontoa-se a terra retirada. Estacionada um pouco além, uma escavadeira de motor ligado e faróis acesos. O manobrista, sentado na cabine, fuma. Os soldados fazem com que os catedráticos se alinhem ao longo do fosso, do lado oposto ao dos montes de terra. Atrás dos montes, ocultos pela noite, postam-se vinte soldados em fila dupla, metade de pé e metade ajoelhados. A um comando do coronel, os soldados

metralham. Segundos depois, os mesmos soldados empurram com os pés, para dentro do buraco, os corpos que ficaram fora. O coronel armado de sua pistola, pula para dentro do fosso, percorre os corpos, saltando de um a outro e atira na cabeça dos poucos que ainda se mexem. (KUCINSKI, 2019, p. 18-19).

Essa passagem do romance retrata uma ácida crítica do autor em relação a um sistema totalitarista que põe suas apostas, sobretudo, na ação opressora e violenta das forças armadas, que, muitas vezes, se utilizam de métodos desumanos para silenciar aqueles que se atrevem a pensar criticamente ou que, de alguma forma, representam uma ameaça ao regime. Tal pressuposto é análogo ao que ocorreu na Alemanha e em diversas partes do mundo sob a gerência de um regime político que ainda hoje é considerado o mais sanguinário dos últimos tempos: o nazismo. Nele, a prática do mal era minuciosamente planejada, pactuada e orquestrada como um ato de ordem, rotineiro e considerado correto, pois tinha o aval daqueles que detinham o poder, ou seja, era burocratizado e institucionalizado.

A esse respeito, Hannah Arendt (1999), em seu livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, reflete sobre como a maldade se dá em nível banal, superficial, sem que haja nenhuma ideia de maldade enraizada. Segundo Arendt, um antigo burocrata e funcionário do regime nazista, que operou como peça fundamental para o extermínio de milhares de judeus e que, depois de fugir durante anos, foi capturado, julgado e condenado à morte pelos israelenses. Para a filósofa,

eram muitas as oportunidades de Eichmann se sentir como Pôncio Pilatos, e à medida que passavam os meses e os anos, ele perdeu a necessidade de sentir fosse o que fosse. Era assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseado nas ordens do Führer; tanto quanto podia ver, seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis. Ele cumpria o seu *dever*,

como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia *ordens*, ele também obedecia à *lei*. (ARENDDT, 1999, p. 152).

Diante daquele homem que ocupava a cadeira dos réus, Arendt observou que havia ali uma pessoa aparentemente normal, que não possuía nenhum problema psicológico, conforme diagnosticado pelos médicos, e que ele não expressava nenhuma característica profunda de maldade. Era um homem comum que, inclusive, defendia valores condizentes com a perspectiva de família da época, ou seja, um homem perfeitamente normal e banal. Com essa observação, a autora reflete sobre a “banalidade do mal”, questionando como um cidadão comum passa a ser capaz de cometer as mais terríveis monstruosidades contra o seu próximo sob justificativas da ordem, da moralidade e da obediência ao Estado. Ante a reflexão de Arendt, entendemos que alguns romancistas distópicos brasileiros, tais como Ignácio de Loyola Brandão, revisitam em seus romances práticas de regimes totalitários que demonstram promover uma espécie de “lavagem cerebral” em seus aliados. Nessas práticas, estabelece-se uma ideologia do direito sobre a vida por meio de práticas de tortura e de extermínio de corpos específicos. Logo, essas monstruosidades são normalizadas discursivamente por aqueles que detêm o poder como atos de “heroísmo” e de “civildade” necessárias à garantia do bem estar na sociedade. Tal comportamento influencia parte da sociedade, que acaba rendendo-se às convicções que lhe são impostas. Essa prática se manifesta no romance *Não verás país nenhum* (2019), de Loyola Brandão, quando a personagem principal, Souza, comenta sobre a ação dos “Civiltares”:

para cada homem em circulação, existe praticamente um Civiltar ao seu lado. Eles andam girando a cabeça para todos os lados e se assemelham a robôs. O treinamento intensivo desperta neles, compulsivo, o faro, o instinto. Não sei como, enxergam tudo.

Verdade. Parece que são treinados pelos mesmos métodos com que se ensinavam os antigos cães pastores na polícia militar. Ficam condicionados e são uma beleza na eficiência. Por menos que se goste deles, é preciso reconhecer: evitam catástrofes nesta cidade. Pior sem eles (BRANDÃO, 2019, p. 22-23).

O excerto demonstra a ironia do romancista em relação à manipulação da massa que se apropria de um discurso já preestabelecido, cuja finalidade é convencer a população de que, por mais que uma situação não lhe pareça favorável, pior seria se fosse diferente. Observa-se que, durante todo o enredo, Souza sofre com os golpes de um regime autocrático e ditador imposto pelo *Esquema*, baseado na censura e na violação de liberdade. Em nome do Estado, o personagem perde o direito de exercer o ofício de professor e é obrigado a aceitar um emprego medíocre e insignificante, estratégia, essa, utilizada para silenciar todo o seu conhecimento. Para o *Esquema*, o conhecimento representava uma ameaça ao Estado, cujo interesse era utilizar-se dos mecanismos de censura para impedir que a verdadeira história fosse contada. Para isso, manipulava fatos e omitia notícias e registros que não fossem relevantes para a garantia da soberania daquele regime de governo. Tudo isso sob o olhar hipnotizado de uma população apática e indiferente, como podemos verificar a seguir:

Encontrar uma saída. Se as pessoas quisessem, haveria possibilidades. Não há querer, ninguém vê nada. Todos tranquilos, aceitam o inevitável. Os jornais não dizem palavra. Calaram-se aos poucos. Mesmo que falassem, não têm força nenhuma. A televisão está vigiada. Ainda que não estivesse, a ela nada interessa. Os noticiários são inócuos. Novelas, inaugurações, planos do governo, promessas de ministros. Como acreditar nesses ministros, a maioria centenários? Quase perpétuos, remanescentes da fabulosa Época da Grande Locupletação. O povo ainda fala desses tempos insondáveis. Eles sobrevivem na tradição

oral. Os livros de história omitem. Quem se der a um grande trabalho, encontrará nos arquivos de jornais alguns elementos. Distorcidos, é claro. Foi um período de intolerância, amordaçamento, silêncio. (BRANDÃO, 2019, p. 24).

Nessa passagem de *Não verás país nenhum*, percebe-se a existência de uma população totalmente vulnerável, persuadível, que está inerte às imposições do Estado e prefere não se opor às ordens, aceitando o cerceamento da sua própria liberdade. Nota-se como Loyola Brandão, por meio da onisciência narrativa, elucida a potencialidade do discurso que funciona como um dispositivo expressivo de poder político, institucional e midiático, capaz de organizar a massa e mantê-la sob controle. O enredo desvincula-se da ética, da moral e do respeito e dispõe-se das formas de poder presentes nos discursos para incitar o ódio e incitar a morte. No que se refere à formação discursiva, Foucault (2014a) defende que essa prática é carregada de poder e, portanto, possui um objeto de desejo, pois aquele que o domina influi outros mecanismos de poder e também os corpos, uma vez que

a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014a, p. 8).

Tomando por base a perspectiva foucaultina, constatamos que algumas ficções distópicas contemporâneas brasileiras, tais como as de Loyola Brandão, denunciam de que modo determinadas instituições se utilizam de mecanismos e de estratégias discursivas para deter o pleno controle sobre a sociedade e sobre a vida de cada indivíduo. Percebe-se que, entre as instituições, o Estado ainda é uma das principais forças que buscam

difundir suas doutrinas por meio do discurso na busca pela articulação que confere ao governo e às suas fontes de interesse a manutenção do poder. Para isso, as práticas discursivas são pautadas na conservação de estruturas que moldam a sociedade e que continuam atadas às lutas de poder conhecidas desde os tempos mais remotos. Essas práticas são organizadas com base em modelos políticos excludentes que intensificam, cada vez mais, a dicotomia entre o povo e o Estado. Não obstante, essa dicotomia promove a ruptura das estruturas de coesão interna da sociedade, aumentando o risco de marginalização e de exclusão para setores crescentes da população, acentuando as desigualdades sociais e propiciando a gradual destruição da solidariedade. Assim sendo, torna-se mais fácil organizar os corpos de forma a categorizá-los, instituindo o que Butler (2020) classifica como “enquadramento”:

o “ser” da vida é ele mesmo constituído por meios seletivos; como resultado, não podemos fazer referência a esse “ser” fora das operações de poder e devemos tornar mais precisos os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida. (BUTLER, 2020, p. 14).

Butler, ao analisar sobre o estatuto da vida e a teoria do poder, defende que dentro de uma sociedade existem sujeitos que são reconhecidos como tal, enquanto outras vidas nunca serão reconhecidas como vidas. Isso porque, na cena de reconhecimento, o que garante a importância de uma vida é a capacidade que ela tem de produzir luto, ou seja, quanto mais enlutamento uma vida for capaz de produzir, mais reconhecimento ela terá. Essa capacidade de produzir enlutamento resultará na habilidade de narrar o próprio sofrimento, estando o sujeito, a todo momento, construindo-se por meio de sua própria narrativa. Porém, ao estabelecer essa relação, a filósofa esclarece que o efeito da cena de reconhecimento não dependerá exclusivamente do sujeito, pois ele está permeado por um conjunto de

sentidos que são historicamente predefinidos. Portanto, os sujeitos são enquadrados de acordo com marcas históricas que acometem os corpos e que permitem leituras sociais que condicionarão seu posicionamento em sociedade.

Considerando que a literatura de Loyola Brandão vem sendo atravessada pelas suas experiências sociais, culturais e políticas, bem como pela memória da violência e da censura dos anos de chumbo atrelada aos assuntos urgentes da contemporaneidade, evidenciam-se várias práticas de dominação dos corpos. O autor retrata em seu mais recente romance *Desta terra nada irá sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela* (2018) a confusão de um país politicamente fragmentado, humanamente corrompido e socialmente dividido. A narrativa expõe a condição de determinados corpos que, de acordo com o seu “enquadramento”, passam a ter suas vidas ameaçadas por conta da instrumentação generalizada da existência humana e da destruição material de corpos e de populações. É o que percebemos no prefácio que antecede o capítulo “Mãos nas tetas, obscenidades”, conforme descrito abaixo:

Três quartos da população está infectada há mais de quarenta anos com o HPV, vírus causador do câncer de colo de útero, porém, o governo só está preocupado em não gastar com atendimento médico aos idosos, chamados de inúteis na intimidade do Palácio. (BRANDÃO, 2018, p. 95).

Nessa ficção, os corpos têm suas ações observadas, vigiadas e geridas por sistemas de governo que intencionam, por meio das relações de poder, o domínio e a consciência do próprio corpo individual. Essa ideologia política é o que Foucault classifica como biopolítica, em que o poder soberano é que “faz viver ou deixa morrer”. Com as transformações políticas do século XIX, o capitalismo passou a se apropriar do corpo como objeto para se desenvolver, e, no entanto, cabe ao governante a

gestão da vida para a potencialização de corpos saudáveis e produtivos. Para compreendermos as diversas dimensões da fragmentação social exposta pelo romancista, buscaremos analisar, a seguir, os conceitos de biopoder e necropolítica e identificar como a manifestação do poder em rede fomenta o controle de grupos, promovendo a exclusão daqueles que não são disciplináveis e/ou classificando racialmente esses grupos.

Biopoder: “A cápsula enterrada no meio da testa”

Para chegar ao conceito de biopoder, o filósofo francês Michel Foucault buscou examinar em seus estudos as diversas estruturas políticas desenvolvidas desde a Antiguidade até a contemporaneidade. Segundo sua perspectiva, trata-se de um poder regulamentador que tem como objetivo a instrumentalização política dos corpos sob o pretexto de desenvolver o bem-estar do indivíduo e da população. Entretanto, a intenção primeira é manter os corpos saudáveis e produtivos para que possam atender às necessidades do neoliberalismo. É uma ideologia política pautada nas relações de poder que, ao longo da vida, são estabelecidas entre indivíduos, sob a gestão do Estado, cujo interesse maior é a potencialização da vida em prol do capitalismo. Com a biopolítica, passou-se a explorar com mais vigor fenômenos específicos da vida do homem em sua condição de ser biológico, os quais se tornam produtos das técnicas políticas. Nesse ínterim, a medicina adquire um papel fundamental por ser ela a responsável direta pelo cuidado com a saúde da população que, a partir da Revolução Industrial, passou a ter uma noção de preservação da vida. Sob a intervenção e o controle do Estado, a população ocidental que, naquele momento, habitava os centros urbanos e vendia a força do seu trabalho passou a aprender pouco a pouco o que é “ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva.” (FOUCAULT, 2014b, p. 134). Portanto, o corpo que

se socializa como objeto de produção de força de trabalho pela sociedade capitalista torna-se uma realidade biopolítica, e a medicina uma estratégia desta forma de poder.

Considerando que a ideia principal do Estado é a de preservar a sociedade de agentes tóxicos e dos perigos que acometem os corpos, mantendo-os saudáveis, viu-se surgir uma gestão de governo que se apropria da medicina e do saber médico para definir o que é normal e o que é degenerado, seja pela sua raça, seja pela sua constituição física ou mental. No entanto, esse poder conferido à medicina torna-se uma ameaça, uma vez que a potencialização da vida de uns se dá em detrimento da morte de outros. Contudo, percebe-se que existe uma guerra velada entre o Estado e os corpos, a qual é mediada pelo fazer médico, o que justifica o vocabulário adotado pela campo da medicina e que está relacionado com a linguagem militar de defesa, em termos como: *combate* à doença, *luta* contra a doença, *batalha* em favor da vida, *erradicação* de moléstias, entre outros. Essa linguagem adotada sugere, de certa forma, um tipo de exclusão. É como se aqueles corpos que não são saudáveis ou não se enquadram nos padrões de um corpo sarado e/ou produtivo passassem a ser corpos descartáveis e, portanto, perdessem a batalha, sendo permitidos ou destinados à morte.

Com efeito, o biopoder insere o racismo nos mecanismos de poder e de controle do Estado, já que permite ao poder soberano o exercício desses mecanismos, dos instrumentos e das tecnologias de normalização que autorizam a fragmentação biológica da população, tirando de uma parte dela os direitos que lhe são concedidos enquanto cidadãos. O racismo, sob essa perspectiva, age como um dispositivo biopolítico de segregação que irá permitir uma divisão entre as vidas que devem ser protegidas e as que devem ser descartadas. Sobre o assunto, Foucault (2014b) observa que, de acordo com a biopolítica,

o racismo vai permitir estabelecer entre a minha vida e a morte do outro uma relação que não é uma relação

militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: quanto mais as espécies inferiores tendem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu - não enquanto indivíduo mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar [...] A morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou dos degenerados ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2014b, p. 215).

Isso acontece, pois há uma intenção de que a população em geral corresponda a um corpo biológico padronizado, disciplinado, e, para que isso aconteça, faz-se necessário combater os corpos inimigos, entendidos como ameaça, ou seja, “o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva.” (FOUCAULT, 2014b, p. 308). Existe uma lógica intrinsecamente instaurada que age para que alguns corpos sejam eliminados para que outros continuem a viver.

Uma vez que a norma permite o controle disciplinar dos corpos e dos acontecimentos aleatórios que advêm da pluralidade e da multiplicidade da população, ela permite que a biopolítica se coloque no direito de matar. No entanto, é imprescindível entender que o mando da morte no biopoder se justifica quando algo põe em perigo um corpo biológico. Se isso acontece ela (a morte) se torna aceitável. Mas, importante se faz entender que a morte que ora mencionamos se dá não somente por sua forma direta mas também pelo “fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2005, p. 306).

No romance *Não verás país nenhum*, observamos constantemente a presença da discriminação dos corpos ocasionada por uma política seletiva

de doutrinação, responsável por fragmentar a sociedade enquadrando os corpos de acordo com a sua significância enquanto ser social. Para que essa sociedade se organize e atenda os interesses do regime, nota-se que, estrategicamente, o autor insere em sua obra uma espécie de prolongação da opressão ditatorial. Tal panorama, percebido por meio da presença excessiva de militares em todos os espaços e do exercício repressivo e violento da polícia, ocorre sob o comando sistemático do *Esquema*. Na narrativa, esses agentes do Estado recebem os nomes de “Civiltares e Militecnos” e são resguardados por lei sob a alegação de que suas ações e atitudes são necessárias para o estabelecimento da ordem naquela sociedade. Isso pode ser notado no trecho a seguir, no qual o narrador e protagonista, Souza, fala sobre a experiência de viver em um país dominado pela violenta vigilância e pela corrupção daqueles que deveriam ser representantes da paz e da honestidade:

Quantas vezes por dia me atiro ao chão nesta cidade. Se alguém filmasse durante algumas horas, sem registrar o som, veria uma daquelas velhas comédias de Harold Loyd, o Gordo e o Magro, Mack Sennett. Deita, levanta, deita, levanta. E os rostos? Todo mundo apavorado, tenso [...].

Hoje um tiro só. Os Civiltares são conhecidos e temidos pela excelente pontaria e rapidez. O ladrãozinho, ou o que fosse, garoto ainda (nunca fui bom para determinar idades), estava estendido, de costas. A cápsula foi enterrada no meio da testa. Nenhuma gota de sangue.

O vermelho da cápsula me permitiu identificá-la como Cataléptica. Provoca um estado semelhante à morte durante duas horas. Quando o atingido acorda, já está encerrado no Isolamento. E aí, bau-bau, Nicolau! Nunca mais. Tem quem afirme que a Cataléptica torna a pessoa idiota.

O Civiltar abaixou-se, apanhou a carteira, devolveu a um senhor, ao lado. O homem recolheu-a tranquilamente, retirou uma nota, entregou ao

policial. Os Acertos de Taxas de Segurança são feitos no ato. Acabou-se a burocracia, papéis, recibos, guichês, filas, esperas.

O Civiltar acionou o walkie-talkie, pedindo carro transportador. Puxou o atingido para um canto da calçada e gritou: “Podem se levantar”. Mas a gente sempre dá um tempo. Quando ocorre um incidente assim, seguem-se uns quatro ou cinco, os marginais aproveitam a confusão.

Se bem que não é fácil. Para cada homem em circulação, existe praticamente um Civiltar ao seu lado. (BRANDÃO, 2019, p. 22).

É possível vislumbrar o estabelecimento de uma divisão entre a sociedade civil e a polícia, e, mais que isso, nota-se a pormenorização dessa sociedade que vem sendo brutalmente assediada pelos agentes do Estado que usam e abusam da sua patente para disciplinar e reprimir os corpos. Na referência do narrador ao jovem “ladãozinho” que recebe uma bala por ter furtado a carteira de um senhor, vemos a face da segregação que, a todo momento, é revelada no enredo. Observa-se que não é citada nenhuma tentativa de recuperação ou mesmo nenhum julgamento na intenção de que esse jovem se retrate pelo ato que cometeu, pois a sua sentença já é determinada ali, no momento em que os *Civiltares* o atingem com uma bala conhecida como *Cataléptica*, que é capaz de lesionar, de uma vez por todas, a capacidade cognitiva do sujeito. Por trás dessa situação, ironicamente, citada pelo narrador e protagonista Souza, podem estar inseridos elementos determinantes, responsáveis pela distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista e que fomentam uma política de morte. Podemos citar, por exemplo, a classe social e o racismo.

Pode-se considerar, ainda, que o racismo é uma condição substancial para o estado moderno, pois é por meio dele que se torna possível a regulação normatizadora da morte. Todavia, isso garante ao Estado o assassinio, permitindo-lhe, sob a justificativa de proteção e de fortalecimento

biológico, a eliminação em massa de grupos de cidadãos que, por algum motivo, não são considerados integráveis ao sistema político. Tal panorama de segregação se relaciona com o que Giorgio Agamben (2004) reconhece como *estado de exceção*. Seus estudos apontam que essa condição deveria ocorrer quando o Estado, com base em uma crise social, passasse a assumir legalmente um estado de guerra, porém, o que acontece é que, em qualquer crise, o governo assume para si o conflito de uma guerra civil, e o estado de exceção deixa de ser apenas uma medida provisória e torna-se paradigma de governo dominante na política contemporânea. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

No entanto, é inegável a existência de uma guerra civil permanente e legal, instaurada pelo totalitarismo moderno, permita que dentro de uma mesma sociedade existam corpos vivendo sob um estado de direito, enquanto outros são condicionados a um estado de exceção. Entre tantas possibilidades de ilustração dessa condição, citamos a Alemanha nazista de Hitler que se utilizou desse dispositivo de poder para suspender os direitos de milhões de judeus e eliminá-los, sujeitando-os ao trabalho forçado nos campos de concentração até que a morte os acometesse. Essa violência, no entanto, justifica-se sob a alegação de que tais corpos eram uma ameaça à ordem social, o que daria o direito ao soberano de decretar o estado de exceção. No Brasil, a instituição do AI-5 que inaugurou o período de maior rigidez da ditadura militar também exemplifica o estado de exceção. Trata-se de uma norma legal instituída pelo governo militar que estabelecia prerrogativas para que os militares pudessem perseguir os opositores do regime, revelando, assim, a face violenta, opressiva e autoritária do governo. Consistia, basicamente, em uma ferramenta que dava legalidade jurídica para o autoritarismo e a repressão impostos pelos militares, justificando o seu arbítrio. Para Napolitano (2019), a ditadura militar brasileira, desde o seu início, vivia momentos de conflitos entre o regime e seus opositores, porém,

nada próximo da violência sistemática e do fechamento da esfera pública que ocorreria a partir da edição do AI-5, em dezembro de 1968, inaugurando os “anos de chumbo” que duraram, na melhor das hipóteses, até o começo de 1976. Neste período, a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira. (NAPOLITANO, 2014, p. 94).

Nessa perspectiva de tensão social, o biopoder, alimentado pelo racismo de estado, cria ferramentas de morte em massa e faz com que isso aconteça de forma anônima e chegue para aqueles que têm o direito de viver, mas se veem diante da privação da vida por conta dos interesses do Estado. Estabelece-se, assim, uma guerra que já não funciona nos moldes de leitura de uma política tradicional. Ela, agora, ocorre pela influência dos processos de subjetivação dos indivíduos, por meio das relações de poder, atuando sobre os corpos, sobretudo, por meio de técnicas disciplinares e regulamentadoras. Assim sendo, instaura-se nas sociedades o que Achille Mbembe (2021) classifica como necropolítica. O autor buscou compreender os meios que operam a relação entre o sujeito e o Estado na contemporaneidade, unindo as noções de biopoder, de estado de exceção e de estado de sítio, como veremos a seguir.

Necropolítica e Estado de exceção:

Em festa de rato não sobra queijo

Em seu ensaio “Necropolítica”, Mbembe reflete sobre o modo os estados modernos aplicam em suas estruturas internas o uso da força e da violência como uma política de segurança pública. Essas práticas reforçam a

segregação, o ódio e o extermínio de determinados grupos ou comunidades. Embora seus estudos tenham forte influência do pensamento foucaultiano, que investiga as formas contemporâneas de dominação e sujeição e os diferentes modos de exercícios de poder sobre a vida, Mbembe buscou ampliar sua análise indo além da esfera eurocêntrica observada por Foucault e que, de acordo com o camaronês, pospõe as problemáticas típicas das regiões periféricas. Mbembe detém-se a investigar como o poder político se articula para manter o controle social, nutrindo-se de uma forma de gestão que tem como objetivo maior a destruição de determinados corpos. Para isso, o poder estatal organiza uma série de medidas que são responsáveis por produzir a morte daqueles corpos tidos como descartáveis para o sistema, como é o caso dos moradores da periferia, dos negros, dos desempregados, dos pobres (sem poder de compra), dos imigrantes e outros. A capacidade de estabelecer normas e regras faz com que o Estado seja o principal agente soberano, pois cabe a ele criar condições para que se instaure no país um estado de exceção, tendo em vista que

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (MBEMBE, 2021, p. 5).

Percebe-se que os Estados democráticos de direito contemporâneos convivem de maneira permanente com o Estado de exceção que, paradoxalmente, nada mais é do que a suspensão da ordem jurídica para manter a própria ordem jurídica. Sendo assim, o Estado, em nome da segurança pública, permite o uso ilegítimo da força nos territórios subalternizados, sem se preocupar se essa ação ameaça a vida dos que

residem ali. Ainda de acordo com Mbembe, os grandes responsáveis para que esse panorama permaneça atuante até os dias de hoje foram os processos de ocupação colonial e de escravidão. Eles deram espaço para um componente essencial do pensamento do autor que é o racismo de Estado:

Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou a dominação a ser exercida sobre eles. Referindo-se tanto a essa presença atemporal como ao caráter espectral do mundo da raça como um todo, Arendt localiza suas raízes na experiência demolidora da alteridade e sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política de morte. Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. (MBEMBE, 2021, p. 18).

Nota-se, portanto, uma relação muito íntima entre o racismo de Estado e o capitalismo, sendo que o segundo é apontado por alguns estudiosos como o responsável pela reprodução sistemática da exclusão de determinados grupos ou comunidades. Isso posto, a necropolítica se consolida também como uma crítica ao sistema capitalista contemporâneo que tem uma participação significativa na fragmentação da sociedade, uma vez que seleciona e categoriza os corpos por fatores como: poder de compra, influência no mercado, capacidade produtiva, dentre outros.

Sob esse prisma, percebemos que tal segregação é constantemente revelada na literatura de Loyola Brandão. *Não verás país nenhum* traz uma descrição simbólica que representa a reprodução sistemática da exclusão

de um determinado grupo. Vivendo em condições indignas, esse grupo parece fazer parte de uma comunidade cuja vulnerabilidade é fruto de uma política de morte arquitetada ante a soberania do Estado. A crítica ácida do romancista ilustra a situação precária a que estão condicionados milhões de brasileiros, além de revelar a omissão e o descaso provenientes de uma política de exclusão, como se observa:

Mefítico. O fedor vem dos cadáveres, do lixo e dos excrementos que se amontoam além dos Círculos Oficiais Permitidos, para lá dos Acampamentos Paupérrimos. Que não me ouçam designar tais regiões pelos apelidos populares. Mal sei o que me pode acontecer. Isolamento, acho.

Tentaram tudo para eliminar o cheiro da morte e decomposição que nos agonia continuamente. Será que tentaram? Nada conseguiram. Os caminhões, alegremente pintados de amarelo e verde, despejam mortos, noite e dia. Sabemos, porque tais coisas sempre se sabem. É assim.

Não há tempo para cremar todos os corpos. Empilham e esperam. Os esgotos se abrem ao ar livre, descarregam, em vagonetes, na vala seca do rio. O lixo forma setenta e sete colinas que ondulam, habitadas, todas. E o sol, violento demais, corrói e apodrece a carne em poucas horas.

O cheiro infeto dos mortos se mistura ao dos inseticidas impotentes e aos formóis. Acre, faz o nariz sangrar em tarde de inversão atmosférica. Atravessa as máscaras obrigatórias, resseca a boca, os olhos lacrimejam, racha a pele. Ao nível do chão os animais morrem.

Forma-se uma atmosfera pestilencial que uma bateria de ventiladores possantes procura inútilmente expulsar. Para longe dos limites dos Oikoumenê, palavra que os sociólogos, ociosos, recuperam da antiguidade, a fim de designar o espaço exíguo em que vivemos. Vivemos? (BRANDÃO, 2019, p. 13-14).

É possível inferir, no excerto, a marginalização dos corpos que, abandonados à própria sorte, são descartados em lugares inapropriados sem o mínimo de respeito e dignidade, como se fossem míseros restos de entulhos. Na descrição, percebe-se também a tentativa de o narrador expor um espaço geograficamente pequeno, habitado por uma população numerosa e, exclusivamente, pobre, cuja vida parece ser irrelevante aos olhos do Estado e do restante da sociedade. Essa paisagem ficcionalmente desenhada pela poética de Loyola Brandão nada mais é do que a representação da vida de uma grande parcela de brasileiros que é diariamente forçada à submissão e, muitas vezes, tem sua vida interrompida pela máquina de guerra representativa dos poderes soberanos.

Por outro lado, identifica-se uma outra parte da sociedade que, rodeada de privilégios, tem suas vantagens garantidas em detrimento da indigência da população menos favorecida. Portanto, verifica-se uma tentativa por parte do romancista de denunciar os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade brasileira por conta da perversa desigualdade na distribuição de renda e das oportunidades de inclusão econômica e social:

Querem que economizemos para evitar o racionamento obrigatório. Todavia, as fichas representam o quê, senão o racionamento? Não há como entender. Jogam a gente na chuva e ficam bravos: “Vocês vão se molhar, saiam”. A gente quer sair, mas trancam a porta, continuamos na chuva.

A verdade é que as reservas recebem um mínimo de excedentes. Os Bairros Privilegiados abiscoitam tudo o que podem. Ninguém viu, no entanto dizem que existem até piscinas cobertas. Desse modo, se a emergência chegar, vai dar crepe, porque os tanques devem estar todos vazios. (BRANDÃO, 2019, p. 33).

Tal paradoxo anunciado, embora ficcional, é o retrato da sociedade contemporânea que vive sob a gestão da biopolítica perscrutada por

Foucault, na qual a população é tanto alvo como instrumento das relações de poder. Aos estados modernos, coube a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos sob a justificativa de que eles representam ameaças contra a segurança pública. Essa guerra constante e intrinsecamente declarada estabelece o *estado de exceção permanente* que, de acordo com o Agamben (2004), não está preocupado em manter uma ordem, mas sim em administrar a desordem sob o objetivo de eliminar quaisquer adversários políticos que não sejam integráveis ao sistema.

Logo, tanto o conceito de necropolítica quanto o de estado de exceção são sistematicamente atravessados pela noção da morte como gestão política da mortalidade humana. Entenda-se a palavra “morte” de maneira polissêmica, permeada de uma multiplicidade de possibilidades de se morrer, uma vez que a atuação da mortalidade se dá de forma plural. Se a necropolítica tem como esteio afetivo o terror que atrai a produção da morte como qualidade perpétua de vida, o estado de exceção mostra que toda a opulência do Estado moderno está baseada no fato de que a lei permite a suspensão contínua da própria lei, para que certos corpos possam ser violados em nome da estabilidade da regulação do Estado. Ambos são a naturalização da iniquidade como princípio regulador do pensamento, do afeto, das ações, do comportamento, da criação e da observação das leis, dentre outros.

Essa proposição nos faz pensar que, para alguns corpos, a possibilidade da morte se instaura desde o nascimento. Isso porque a articulação entre a necropolítica e o estado de exceção gera a supressão de direitos e a violação da vida sem nenhuma possibilidade de criminalização. Em outras palavras, esses dispositivos produzem mortes em vida. Partindo desse pressuposto, o enredo de *Não verás país nenhum* é precisamente a denúncia dessa relação perversa que se estabeleceu em nossa sociedade e faz com que grande parte dos indivíduos viva a morte dia após dia. Ao

narrar a sua condição de vida e ao descrever paisagens que desenham um cenário de horrores, o protagonista Souza revela o impacto causado pela má gestão de um governo totalitário, violento e excludente. Toda a sua trajetória narrada na obra sugere a segregação, a injustiça e o desequilíbrio de um país imerso em graves problemas de ordem ambiental, social, política, econômica e moral. Ao mencionar o desejo e a insistência de sua esposa Adelaide em investir na formação do sobrinho para a carreira militar, Souza deixa transparecer a vulnerabilidade de uma sociedade que passa a tomar suas decisões com base no medo e no terror.

[...] Adelaide sempre foi uma surpresa constante. Observando nosso relacionamento, vejo que entendi bem pouco da mulher que tive. Quando menos se esperava, ela fazia uma observação justa, adequada. Será tarde demais? Diz o povo que nunca é.

Sim, porque em outros tempos, no século XVII, ou XVIII, teria dito ao sobrinho: “Vá ser padre”. Naquele dia, quinze anos atrás, Adelaide começou uma surda e persistente campanha para que o menino vestisse farda. Mas não almejava um simples praça, queria que ele fosse Militecno.

Os melhores postos do país se encontravam em mãos de Militecnos. Bancos, ministérios, empresas Multis. E como era difícil romper as barreiras para se formar um Militecno. Além de superar toda a carreira militar, quem suportava as fantásticas anuidades cobradas pelas universidades? (BRANDÃO, 2019, p. 26).

Tendo em vista os privilégios e o poder atribuído às forças armadas naquele contexto, a escolha da carreira militar é uma tentativa de sobrevivência, já que, ao fazer parte desse universo liderado pelo *Esquema*, o sujeito passa a contar com benefícios básicos que podem assegurar a manutenção da própria vida. A eles são atribuídos o controle das fichas para o uso da água, que é racionalizada, e do próprio alimento,

que, devido ao desequilíbrio ambiental e à escassez dos recursos naturais, falta nas prateleiras dos mercados. Ademais, o cumprimento das leis parece prevalecer somente para sociedade civil que, incrédula, não faz questão de conhecer os documentos legais que regem o Estado, pagando as devidas punições sem ao menos questionar, pois sabe que essa ousadia lhe poderá custar muito caro. Prova disso é o comportamento de Souza, que, ao chegar atrasado em seu emprego pela primeira vez, após anos de trabalho, observa que “A luz amarela acendeu. Atraso de meia hora, então. Não sei que punições posso sofrer, nunca abri o Manual. Não li, pouco me importa. Todos sabem, por ele não temos direitos, somente deveres e obrigações.” (BRANDÃO, 2019, p. 29).

Interessante destacar que, mesmo sendo o atraso de Souza justificado na sequência do texto pelo excesso de ações dos policiais nas ruas que o obrigaram a imobilizar-se e a “rastejar-se” por várias vezes, não houve abertura nem possibilidade de diálogo. Por fim, ficam evidentes a supressão dos direitos do indivíduo e a opressão alimentada pela omissão dos sujeitos. Conseqüentemente, observamos que esses corpos precisam sobreviver aos interesses da biopolítica e, por conta disso, submetem-se às políticas públicas que, intencionalmente, os carregam, cada vez mais, para um lugar de dependência, de conformidade e de anulação, fazendo com que suas vidas sejam sacrificadas e inglórias: a morte em vida articulada pela necropolítica e pelo estado de exceção.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Desta terra nada irá sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*. São Paulo: Editora Global, 2018.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Não Verás País Nenhum*. São Paulo: Editora Global, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 2014b.

KUCINSKI, Bernardo. *A nova ordem*. São Paulo: editora Alameda, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Libby Meintjes. São Paulo: N-1 edições, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019.

Biopower and necropolitics in Ignácio Loyola Brandão

Abstract: From the Foucauldian perspective of biopower, which is linked to the notion of necropolitics or the politics of death according to Achille Mbembe, this paper analyses the presence of those devices of manipulation and control over bodies in Ignácio de Loyola Brandão's fiction, mainly in Não verás país nenhum.

Keywords: Biopower. Necropolitics. Ignácio de Loyola Brandão.